



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

**CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS**  
**ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

1  
2  
3 A Décima sétima reunião extraordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar no  
4 auditório da SEMA, Anexo Othelo Rosa, rua Carlos Chagas, número cinqüenta e cinco,  
5 décimo primeiro andar, Porto Alegre-RS, no dia dezoito de maio do ano de dois mil e onze,  
6 às dezesseis horas. **Compareceram** os conselheiros: Secretário de Estado Adjunto Helio  
7 Corbellini, SEMA – Presidência; Secretário de Estado Adjunto Oscar G. Escher, SOP – Vice-  
8 Presidência – representante; Luiz Carlos K. De Oliveira, Secretaria dos Transportes –  
9 SEINFRA – representante; Marcia Lang, Secretaria do Planejamento – SEPLAG –  
10 representante; Julce Clara da Silva, Secretaria da Saúde – representante; Marta Herminia  
11 M. Dias, SEDAI – representante; Silvia Schumacher, Secretaria da Ciência e Tecnologia –  
12 SCIT – representante; Silvano Saragoza, Casa Civil – representante; Teresinha Guerra,  
13 Comitê Lago Guaíba – titular; Renato Zenker, Comitê Camaquã – titular; Zuleica S. Dos  
14 Santos, Comitê Ijuí; titular; Daniel Schmitz, Comitê Taquari – Antas – titular; Paulo Robinson  
15 da Silva Samuel, Comitê Gravataí – Suplente e Claucia Kappler, Comitê Turvo-Santa Rosa -  
16 Santo Cristo – titular. **Ausentes:** Secretaria da Agricultura – SEAPA; Secretaria de Energia,  
17 Minas e Comunicações – SEINFRA; Sistema Nacional de Recursos Hídricos – SRHU e  
18 Sistema Nacional de Meio Ambiente – IBAMA. **Demais participantes:** Leda Famer, Comitê  
19 Tramandaí; José Alberto Pinheiro Vieira, Comitê Piratinim; Eduardo Saleh, ABES; Vilma C.  
20 Da Silva, Lagoa Guaíba; Gerson R. Ferreira, Comitê Santa Maria; Patrick Laigneau, ABES;  
21 Maurício Colombo, Comitê Gravataí; Esteban Santana, METROPLAN; Wagner C.  
22 Bordignon, ABES; Daliana Bolzan, Mariza Beck, Comitê Ibicuí; Maria Salete Cobalchini,  
23 FEPAM; Ada Piccoli, METROPLAN; Guido Müller; Fernando Meirelles, UFRGS; Margarete  
24 Bremm e Rafael Erling, DRH/SEMA; Ricardo César, METROPLAN; Jussara Pires,  
25 METROPLAN; Sidnei Agra, ECOPLAN, Silvana Ferreira, METROPLAN; Vania Oliveira e  
26 Carmem Lúcia Silveira da Silva, Secretaria Executiva do CRH/RS. O presidente Hélio  
27 Corbellini abriu a reunião cumprimentando a todos e justificou a ausência da Secretária  
28 Jussara Cony, devido ao grave problema de saúde de seu neto. A reunião com pauta única:  
29 Proposta de Aplicação dos Recursos Financiáveis do Fundo de Investimentos em Recursos  
30 Hídricos e Suplementação Orçamentária 2011 e passando a palavra à diretora Nanci  
31 Giugno, DRH. A diretora do DRH e Secretária Executiva do FRH/RS na ocasião, Nanci  
32 informou que na reunião ordinária passada, foi trazida uma proposta de execução  
33 orçamentária baseada na proposta de orçamento de 2011, encaminhada pela SEPLAG à  
34 Assembléia Legislativa e aprovada pela mesma. Na ocasião não houve aprovação  
35 pretendida por solicitação de vistas do Conselheiro Daniel. Nesta reunião foi encaminhado,  
36 além da execução orçamentária, uma proposta de suplementação visando as necessidades  
37 de fortalecimento do Sistema de Recursos Hídricos, procurando atender as demandas  
38 reprimidas dos Comitês de Bacias, bem como, das demais Secretárias que utilizam o os  
39 recursos do FRH/R. Ainda com a palavra a diretora falou que é fundamental que a  
40 Comissão que ficou encarregada de avaliar o pedido de vistas do Cons. Daniel Schmitz e  
41 também Coordenador do Fórum Gaúcho de Comitês de Bacias, proceda a leitura do  
42 relatório. Conselheiro Daniel cumprimentou a todos explicou que foi feita uma leitura mais  
43 profunda, uma reavaliação dos conteúdos que foram trazidos ao CRH, a qual gerou o  
44 pedido de vistas, da proposta de aplicação construída em 2010 para o exercício de 2011.  
45 Salientou que esta proposta foi feita pelo Comitê Taquari-Antas na sua pessoa como  
46 presidente e como coordenador do FGC. Esta proposta foi dialogada, construída com o  
47 conjunto de Comitês e dentro de uma linha de atuação, dentro de uma forma pioneira que o  
48 RS tem, uma característica muito peculiar da participação dos usuários da água e  
49 representantes da população na gestão participativa e descentralizada do SRH. Entendendo  
50 que o FRH no que está explícito na legislação é destinado a sua aplicação pelo CRH. E a  
51 partir daí, com o histórico na construção dos orçamentos que passam aqui no CRH, muitas  
52 vezes há um atropelo, um desrespeito em determinados regramentos enquadrado legítimos,  
53 mas muitas vezes irregulares a forma de aplicação e acesso. Em cima desta linha de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

54 raciocínio, nós trabalhamos e no prazo que nos foi solicitado de quinze dias. Nós fizemos  
55 esforços e atendemos a demanda do CRH e apresentar uma proposta a qual passo a ler  
56 para que todos tenham ciência do que estão colocando. **Relatório do Pedido de Vistas**  
57 **Referente ao item 2 da Ordem do Dia da 60ª Reunião Ordinária do CRH, realizada em**  
58 **27/04/2011.** O Relatório referente a solicitação de vistas ao assunto da proposta  
59 orçamentária para aplicação dos recursos do Fundo dos Recursos Hídricos no ano de 2011,  
60 realizado na 60.ª reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos - CRH. De acordo  
61 com o Regimento Interno, publicado no DOE em 26/10/2001, segundo o Capítulo V – Das  
62 reuniões do CRH, no artigo 28 é citado que: *os conselheiros terão prerrogativas de pedido*  
63 *de vistas dos processos, sendo sua apreciação apresentada na reunião seguinte.* A análise  
64 das informações da proposta orçamentária da aplicação dos recursos do Fundo de  
65 Recursos Hídricos - FRH foi feita considerando os itens de Gestão Técnica e Política  
66 encaminhadas pelo Fórum Gaúcho dos Comitês de Bacia ao Governo do Estado no  
67 momento da instalação da atual gestão, reescritas nos itens citados e destacados a seguir.  
68 Complementou salientando que os Comitês de Bacias Hidrográficas se reuniram e  
69 apresentaram proposta ao Governo do Estado, ratificados com documentos apresentados  
70 com estes itens que estamos novamente destacando. *O Estado tem um papel essencial*  
71 *como gestor dos recursos hídricos, muitas vezes com o estabelecimento explícito da*  
72 *propriedade estatal sobre eles. Isso, por sua vez, implica a preparação e utilização de*  
73 *diversos instrumentos legais, administrativos e econômicos, no sentido de racionalizar o uso*  
74 *da água. Cabe destacar dois elementos que estão crescentemente incorporados à*  
75 *tendência da gestão estatal da água: 1. Em primeiro lugar, a definição objetiva de instâncias*  
76 *de participação direta da comunidade no processo decisório relativo aos recursos hídricos.*  
77 *2. Em segundo lugar, o reconhecimento de que a bacia hidrográfica, delimitada pelos*  
78 *divisores de águas, é a área relevante de planejamento, negociação e intervenção na*  
79 *gestão global dos recursos hídricos. É importante ressaltar que a otimização da ação*  
80 *gerencial do Estado exige o estabelecimento de um processo de planejamento ágil e*  
81 *descentralizado, capaz de responder, com eficácia e rapidez, à complexidade das*  
82 *demandas que tipificam essa ação. Conseqüentemente, a estrutura institucional proposta*  
83 *representa o conjunto de entidades capaz de implementar, com eficiência, a proposta de*  
84 *gerenciamento que embasou toda a estruturação da lei. As funções de cada organismo*  
85 *integrante do Sistema, dada sua perfeita articulação, garantem a harmonia de todo o*  
86 *processo. Considerando: Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei Federal*  
87 *nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997, já com mais de 14 anos de vigência e sem plena*  
88 *execução de seus instrumentos; A Política Estadual de Recursos Hídricos, instituída pela Lei*  
89 *Estadual nº 10.350 de 30 de dezembro de 1994, já com 16 anos de vigência e sem plena*  
90 *execução de seus instrumentos; A importância que a implantação das estruturas de gestão*  
91 *dos recursos hídricos e dos instrumentos de gestão previstos em Lei representa para a*  
92 *sociedade e para o meio ambiente em busca do desenvolvimento sustentável; A*  
93 *necessidade premente de implantação plena do Sistema de Recursos Hídricos no Estado. O*  
94 *Fórum Gaúcho dos Comitês identifica as seguintes necessidades: 1. **Da Implantação***  
95 ***integral do Sistema de Recursos Hídricos no Estado do Rio Grande do Sul,***  
96 *documentos encaminhados ao Governo do Estado do RS pelo Fórum Gaúcho de Comitês.*  
97 *A Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, Título IV, Da Ordem Econômica, Capítulo II,*  
98 *Da Política de Desenvolvimento Estadual e Regional diz, “Art. 171 – Fica instituído o Sistema*  
99 *Estadual de Recursos Hídricos, integrado ao sistema nacional de gerenciamento desses*  
100 *recursos, adotando as bacias hidrográficas como unidades básicas de planejamento e*  
101 *gestão, observados os aspectos de uso e ocupação do solo, com vista a promover: I - a*  
102 *melhoria de qualidade dos recursos hídricos do Estado; II - o regular abastecimento de água*  
103 *às populações urbanas e rurais, às indústrias e aos estabelecimentos agrícolas”. 2. **As***  
104 ***Agências de Região Hidrográfica - 2.1 Para a Região Hidrográfica do Guaíba foi instituída,***  
105 ***provisoriamente, a Agência via Convênio SEMA/DRH/FRH-RS – METROPLAN, nº***  
106 ***003/2010, em 31 de março de 2010. O plano de trabalho proposto está sendo executado***



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

107 *pela METROPLAN e monitorado e demandado pelos 9 Comitês da Região Hidrográfica via*  
108 *Comissão de Acompanhamento (CEAD) do referido Convênio. 2.2. As Regiões*  
109 *Hidrográficas do Uruguai e Litoral não possuem Agência. No caso da Região do Uruguai as*  
110 *discussões da possibilidade da criação iniciaram no segundo semestre do ano de 2010, via*  
111 *Câmara Técnica. 2.3 No entanto, em se tratando do processo de construção e consolidação*  
112 *das Agências de Região Hidrográfica, deve-se observar: 2.3.1 que estas sejam criadas ou*  
113 *mantidas, no caso da já existente, observando-se os princípios, objetivos e suas atribuições*  
114 *dadas nas Políticas de Recursos Hídricos; 2.3.2 que o processo de criação e instituição seja*  
115 *claro e com ampla participação dos Comitês de Bacias afetos a sua posterior gerência; 2.3.3*  
116 *no que se refere a Região Hidrográfica do Guaíba, que tenha caráter transitório,*  
117 *considerando que com a execução do sistema em sua plenitude e com a devida viabilidade*  
118 *financeira futura, estructurem-se as Agências de acordo com o estritamente previsto nas Leis.*  
119 **4. Os demais Instrumentos de Gestão** - 4.1 Que os Planos de Bacia Hidrográfica e os  
120 Enquadramentos dos corpos de água em classes de uso, instrumentos extremamente  
121 importantes e necessários para a consolidação do sistema, sejam efetivados em todas as  
122 bacias hidrográficas, servindo-se de subsídio para os demais instrumentos, como a outorga  
123 e cobrança, conforme previsto nas Políticas de Recursos Hídricos. **5. O Fundo de**  
124 **Recursos Hídricos.** - 5.1 Que o Fundo de Recursos Hídricos tenha seus recursos  
125 destinados conforme as determinações legais, “para financiar a elaboração de planos,  
126 programas e projetos e a execução de serviços e obras do interesse do Sistema Estadual de  
127 Recursos Hídricos” (Lei nº 8.850, de 08 de maio de 1989 e Decreto Estadual nº 33.282, de  
128 08 de agosto de 1989). 5.2 Que a destinação dos referidos recursos seja feita de forma  
129 transparente, eqüitativa e que não sofram contingenciamento ao longo dos períodos, para  
130 não deixarem de atender à projetos nas bacias hidrográficas.. **6. A Manutenção e Estrutura**  
131 **dos Comitês de Bacias Hidrográficas** -6.1 Que os Comitês de Bacia Hidrográfica, órgãos  
132 de Estado, parte do Sistema Estadual de Recursos Hídricos, parlamentos coletivos e  
133 representativos, instituídos por Lei, sejam mantidos em condições de atuar efetivamente nas  
134 bacias hidrográficas e sejam os responsáveis, como lhes cabe, por gerenciarem e  
135 monitorarem os recursos hídricos em cada bacia. 6.2 Atualmente os Comitês estão com  
136 dificuldades de manterem suas estruturas devido a precariedade nos Convênios existentes  
137 e prestações de contas oriundas destes. No que tange os Convênios, os repasses não  
138 podem ocorrer aos Comitês e há a necessidade do envolvimento de outra entidade no  
139 processo e conveniar para a manutenção da estrutura dos Comitês, o que nem sempre  
140 ocorre de forma harmônica. Sem exceções, os Comitês de Gerenciamento das Bacias estão  
141 sendo mantidos e viabilizados através de recursos próprios das entidades membros e até de  
142 recursos particulares dos seus representados, demonstrando que a sociedade acredita no  
143 sistema de gestão participativo e descentralizado como apregoa a Lei. *Julga-se de extrema*  
144 *importância a necessidade de criar novos caminhos legais e jurídicos para o*  
145 *encaminhamento de valores que possibilitem a manutenção e funcionamento dessas*  
146 *entidades, para que não se perca o que foi até aqui conquistado, como já foi dito, muitas*  
147 *vezes com a abnegação de alguns por um assunto tão caro a toda sociedade. 7. Outros*  
148 **temas pertinentes** - 7.1 Que haja um fortalecimento da estrutura do Departamento de  
149 Recursos Hídricos – DRH, principalmente em termos de recursos humanos concursados,  
150 para que o mesmo possa cumprir com as funções atribuídas pela Lei 10.350; 7.5 Que haja  
151 ampliação do **monitoramento da qualidade das águas** dos diversos cursos d’água do  
152 Estado do Rio Grande do Sul. 7.6 - Que seja promovida a articulação do **Licenciamento**  
153 **Ambiental** (seja ele exercido pelo órgão ambiental estadual – FEPAM – ou, através de  
154 delegação de poderes, pelos órgãos ambientais municipais, sob supervisão da SEMA) com  
155 o **Enquadramento dos Recursos Hídricos** aprovados pelos Comitês de Bacias. Daniel  
156 informou que este conteúdo até agora dito, ele foi a proposta dos Comitês de Bacias  
157 Hidrográficas ao governo do Estado para a gestão, uma forma participativa dos vinte e  
158 quatro Comitês do RS, representando a sociedade, usuários da água e da população  
159 articular e construir este processo de gestão. Continuou dizendo que assim, através



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

160 desta leitura, sugerimos que haja atendimento de duas medidas propostas referente ao  
161 FRH, sendo adequações ao orçamento para 2011 e uma metodologia de utilização dos  
162 recursos públicos para atender as demandas em prol dos recursos hídricos do Estado.  
163 Então salienta que estes são os dois temas pautados e como vamos colocar como  
164 contribuição no processo. 1. **Adequações ao orçamento proposto para 2011** – 1.1  
165 Atendimentos aos critérios de participação na aplicação dos recursos do FRH. De acordo  
166 com a Resolução n.º 44/2007 do CRH, a qual estabelece a proporcionalidade nas rubricas  
167 para a destinação dos recursos do FRH, o percentual a ser destinado a SEMA é de 55%,  
168 35% para o Saneamento e 10% para as Demandas Setoriais, não atendidas pelo orçamento  
169 elaborado em 2010 para ser executado em 2011. Da mesma forma deverá ser atendida a  
170 necessidade de elaboração de relatórios parciais da exeqüibilidade e da aplicação dos  
171 recursos alocados, com prestação de contas bimestrais. 1.2 - Avaliação da aplicação dos  
172 projetos da Consulta Popular - Compreende-se que os projetos a serem estabelecidos pela  
173 consulta popular devam utilizar os recursos orçados no caixa único do Estado, não sendo  
174 cabível a alocação dos recursos do FRH para o mesmo, pois este fato gera uma duplicidade  
175 da gestão das rubricas geradas. 1.3 - Proposta de complementação orçamentária. Tendo  
176 em vista que a composição das proporcionalidades das rubricas citadas na Resolução CRH  
177 n.º 044/2007 não foi obedecida, e que há a eminente necessidade de alocação de valores  
178 para que seja viabilizada a implementação, estruturação e manutenção das diferentes  
179 instâncias de gestão do sistema de recursos hídricos, sugere-se o atendimento aos  
180 propostos na tabela abaixo. Os valores propostos utilizam o passivo remanescente de R\$  
181 26.909.777,00 da não aplicação dos recursos do FRH para o ano de 2010, perfazendo o  
182 montante de R\$ 19.920.000,00 alocados nas novas contas. Verifica-se a proporcionalidade  
183 na tabela anexa. Compreende-se que a disponibilidade aproximada de R\$ 85.000.000,00 no  
184 FRH, 30/04/2011, viabiliza todas as proposições orçadas. Proposta apresentada e  
185 justificada aos presentes. Atendemos basicamente a linha da qual a Lei 10.350 estruturou,  
186 criou o Sistema Nacional de Recursos Hídricos. A linha que nós estamos trabalhando nos  
187 comitês de bacia hidrográfica há mais de quinze anos. A linha de que o Rio Grande do Sul  
188 sempre foi pioneiro no sistema de gestão de Recursos Hídricos, o exemplo para o Brasil, e  
189 hoje ele é um exemplo contrário, isso nos envergonha muito e há necessidade da retomada  
190 do papel do Estado neste processo. Porque posso garantir aos senhores conselheiros que a  
191 sociedade na sua participação, estava presente, continua presente e mantendo o processo  
192 firme e o Estado não está presente. E nos queremos dessa forma mostrar que acreditamos  
193 que o Estado possa construir, e nos queremos construir juntos e essa proposta não é para  
194 os Comitês, é para que nós tenhamos um Estado digno de atender as políticas de recursos  
195 hídricos que originou essa Lei 10.350, anterior a Lei Nacional de Recursos Hídricos. Se for  
196 para nos alinharmos ao resto do Brasil, inclusive o Brasil já está mais a frente da gente na  
197 aplicação da sua política de Recursos Hídricos. Daniel agradeceu a todos os comitês que  
198 participaram, já que é um processo coletivo, como é de hábito e se colocou à disposição  
199 para dúvidas ou perguntas que surgirem. O presidente Helio Corbelini passou a palavra à  
200 diretora Nanci que colocou como Secretária Executiva do Fundo agradeceu esse trabalho  
201 feito, que e de todos os comitês, mesmo que o pedido de vistas tenha sido feito por um  
202 comitê, ele só vem a qualificar que o fundo exerça seu papel, que contemple a finalidade  
203 para que as quais ele foi criado e principalmente na construção conjunta com todos os  
204 atores do sistema, que são todas as secretarias que desenvolvem projetos, ações e obras  
205 que colaboram para a implantação do sistema. Agradeceu novamente dizendo que está  
206 assumindo a Secretaria Executiva do Fundo agora. E esta é uma demanda antiga, não só  
207 dos comitês, mas também do CRH. Como um todo, tem representações significativas e que  
208 fortalecem também o papel do Conselho Estadual de Recursos Hídricos ao apreciar um  
209 documento que avança e coloca o Fundo de Recursos Hídricos como parte de um processo  
210 de planejamento e gestão dos recursos hídricos do Rio Grande do Sul. Falou como diretora  
211 do DRH, e colocou que esta suplementação apresentada pelo Daniel já contempla o que o  
212 departamento queria, para construir as suas funções no sistema de informações, cadastro,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

213 outorga, plano estadual, enfim, todas aquelas atribuições que ficaram muito aquém. A ponto  
214 de ter que propor a destinação de um recurso todo especial para suprir um passivo de sete  
215 mil e quinhentos processos que estão paralisados. Mas essa suplementação ainda não  
216 recupera tudo que tem que ser feito, não vamos conseguir fazer em tão curto prazo de  
217 tempo, mas na segunda parte do documento acreditamos que vamos avançar  
218 significativamente. Vamos expor a primeira tabela, que já foi aprovada pela Assembléia  
219 Legislativa, que verificamos na ultima reunião e continua vigendo aqui como  
220 compromentimentos feitos, mas não contempla a resolução. A tentativa de suplementação  
221 vem neste sentido, de se aproximar e estamos trazendo duas propostas. Uma delas  
222 constava na proposta anterior do DRH de sistema de alerta e monitoramento de eventos  
223 extremos, mas não estava contemplada nesta proposta do documento, os eventos extremos  
224 estão ocorrendo cada vez mais, com maior periodicidade e maior impacto e foi construído  
225 um projeto pra isso e estamos agregando ele nesta proposta de um milhão e quinhentos mil  
226 dentro da rubrica de instrumentos de gestão de recursos hídricos. Daniel pediu a palavra e  
227 colocou que os procedimentos do CRH, muitas vezes não têm atendido aos procedimentos  
228 legais, e quer alertar e registrar em ata, pra iniciar o processo da maneira correta. A nossa  
229 proposta, foi feito um pedido de vistas e dado conhecimento a todos os conselheiros. Não  
230 podemos analisar uma proposta trazida hoje, sem poder sentar e analisar em tempo, só pra  
231 deixar registrado, deixar claro, não vamos trancar a pauta, só por uma questão legal de  
232 formalidade de processo, de procedimento. Explicando melhor: alguém nos questionou  
233 sobre os valores do fundo, oitenta e cinco milhões de reais, dizendo, poxa vamos acessar  
234 esses valores! Puxa projeto pra aqui, projeto pra lá e isso vai a trinta e cinco, a quarenta e  
235 cinco, a cinquenta milhões de reais precisa gastar o dinheiro que está lá? Por que precisa  
236 gastar? Não precisa. Quem está no CRH há mais tempo sabe que os recursos do Fundo de  
237 Recursos Hídricos que estão ali hoje é a falta dos planos de bacias que tinham que estar  
238 prontos, há cinco ou seis anos atrás. É a falta do plano estadual de recursos hídricos que já  
239 deveria estar pronto e está sendo revisto e vai ser construído atropelado até o final do ano.  
240 A falta de manutenção dos comitês, até já cortaram a Internet, porque não tem nem dinheiro  
241 para o telefone, nem pra avisar que tem reunião e tem que usar de recursos próprios muitas  
242 vezes. Nós identificamos esse dinheiro do Fundo, como um recurso que foi a sua aplicação  
243 muitas vezes negligenciada no processo, que ele não necessariamente tenha de sair dê pra  
244 fora, e nesse conceito que a gente zela por isso. Conselheiro Paulo Samuel também frisou  
245 que, conforme a lei artigo 23, às reuniões ordinárias, será convocada com quinze dias de  
246 antecedência com pauta definida. E as extraordinárias com setenta e duas horas de  
247 antecedência e também com pauta definida, sendo que os assuntos de relevância e  
248 urgência das extraordinárias podem ser propostos no dia da reunião, por decisão do quórum  
249 presente, e até então só se tem uma proposta. O presidente Helio Corbelini disse que  
250 concorda com a colocação do companheiro, dizendo que hoje quando lhe foi apresentada a  
251 pauta da reunião olhou e se perguntou: onde estão os projetos? Eu quero ver os projetos, as  
252 metas, quantitativos e como vão ser controlados. Se a lei está errada, nós vamos modificá-  
253 la, para isso temos que cumprir, só não entendi, onde está a contra a lei da proposta da  
254 nossa diretora. Se é por que não tem projeto, porque vocês não ficaram sabendo, porque  
255 não foram avisados setenta e duas horas antes. Preciso entender o porquê dos  
256 questionamentos. Porque se entrarmos, mergulharmos nesses processos, todos nós vamos  
257 achar irregularidades. Quero dizer aos conselheiros que há um ponto, um marco, uma linha  
258 que divide uma gestão passada que aprovou esse orçamento sem ouvir o conselho.  
259 Estamos discutindo uma suplementação de uma execução orçamentária que ainda não foi  
260 aprovada pelo CRH. Nos próximos dias estaremos assinando com a Fundação Getúlio  
261 Vargas um contrato de reformulação e de reestudo de todo sistema da SEMA, dos órgãos  
262 vinculados e também das diretorias vinculadas. Essas demandas que o companheiro falou,  
263 não têm dados, sistemas de informações, computadores, não temos um equipamento que  
264 consiga atender todas as demandas dos bancos de dados que tem nessa estrutura que não  
265 conversa entre si, isso tudo a diretoria dos recursos hídricos pode colocar no projeto, pra



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

266 isso nem precisa recurso do fundo, porque o Governo está destinando quinze milhões de  
267 reais de um convênio com o Banco Mundial para essas demandas e tem muitos outros itens  
268 que podem também entrar nesse contrato que vamos fechar com a Fundação Getúlio  
269 Vargas. Salientou da importância do projeto de controle de eventos extremos e questionou a  
270 diretora Nanci se há algum impedimento legal que impede de executar esse projeto, ou é só  
271 mecanismo de relação interna. Nanci explicou que todos receberam o documento, foi feita  
272 uma reunião com no DRH onde viram que as demandas de reestruturar o DRH estavam  
273 contempladas, com exceção desse projeto que já estava previsto no orçamento passado e  
274 foi reencaminhado, talvez tenha dado algum problema, porque o documento não estava na  
275 pasta. Daniel usou a palavra colocando que houve uma alteração da pauta original, que  
276 pode se alterar a condução da pauta da reunião e incluir esta reavaliação com outra  
277 proposta de inclusão da SEMA, para não haver atropelo do processo. O presidente Hélio  
278 Corbellini colocou o orçamento para aprovação, foi aprovada por unanimidade. Colocou em  
279 votação a inclusão da proposta do DRH na pauta, que foi aprovada por maioria. A diretora  
280 Nanci colocou que já existia esse projeto de eventos extremos, estiagens e cheias, que é  
281 um clamor de todas as bacias, umas com necessidades maiores, outras não e na gestão  
282 passada já foi trabalhado em cima disso, buscando recursos no FRH para isso e não foi feito  
283 e é cada vez mais importante que se faça. Colocou que estiveram reunidos com a Agência  
284 Nacional de Águas para trazer uma sala de situação, a partir das redes de monitoramento  
285 que também estão atrasadas. Disse que como não é um projeto novo, como ele já existia,  
286 deveria ter constado na primeira suplementação e ficaram surpresos por não constar entre  
287 os projetos de suplementação, porque ele foi passado em tempo hábil. Sra. Heloísa Fiori,  
288 Secretária Executiva FRH, fez uso da palavra e explicou que havia uma preocupação na  
289 reunião passado quanto à abertura de poços e o batalhão ambiental se propôs a fazer a  
290 fiscalização dos mesmos, por isso essa destinação posterior no convênio ao comando  
291 ambiental, não interferindo em nada na proposta apresentada. O diretor Fabrício pediu a  
292 palavra dizendo, por orientação da Carmem Secretária Adjunta CRH, que a pauta da  
293 reunião era a proposta de aplicação dos recursos do fundo e suplementação orçamentária.  
294 E que toda proposta de suplementação orçamentária que for apresentada hoje, não é  
295 mudança de pauta, ela é a pauta, o orçamento que seria votado na reunião passada, e não  
296 foi. Por ter sido feito pedido de vistas, foi votado hoje tardiamente, devia ter sido votado no  
297 ano passado antes de ir pra Assembléia como orçamento. Porque esse conselho tem que  
298 gerenciar o FRH. Tem que aprovar toda utilização do fundo antes dele ir pra um orçamento  
299 e ser votado na Assembléia Legislativa. Esse Governo sabe disso e assim pretende  
300 proceder. E colocou que a suplementação foi para corrigir um orçamento deficiente. Disse  
301 que foi colocada uma proposta de suplementação pelo conselheiro Daniel e tem outra com  
302 alguma diferença, que também é de suplementação orçamentária elaborada pelo DRH. E  
303 solicitou que se fizessem treze cópias do documento da proposta de suplementação. O  
304 presidente Hélio Corbellini falou que vão juntar a proposta apresentada, com a inclusão do  
305 que a SEMA e a SOP estão complementando. Diretor Fabrício apresentou as diferenças da  
306 proposta apresentada pelo Daniel para a suplementação e a apresentada pelo DRH: Um  
307 milhão para o comando ambiental para fiscalização de poços, um milhão e meio para o  
308 sistema de alerta e monitoramento de eventos extremos e seis milhões para projetos da  
309 SOP. Sr. Oscar Escher, SOP começou destacando que os princípios que norteiam a  
310 Secretaria e o Governo são os mesmos, que é a profunda convicção da importância da  
311 participação da sociedade no processo decisório do Poder Executivo, e também inserimos  
312 por determinação do Secretário, nesse processo, a participação da Secretaria nas reuniões,  
313 eventos e na discussão prévia das questões de relevância. Também o princípio da  
314 transparência, reforçando de que na prestação de contas, a Secretaria recebeu um voto de  
315 elogio e aquela metodologia usada na prestação de contas, foi tomada como referência  
316 pelas demais Secretarias. O Conselho está levantando, reforçando, demonstrando, dos  
317 passivos de relacionamento das situações anteriores a esse Governo e como destacou o Sr.  
318 Hélio Corbellini, este Governo veio para fazer a diferença, resgatar esse passivo de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

319 relacionamento. Mas também destacou que a SOP herdou passivos de investimentos, de  
320 projetos. Tem obras, compromissos em andamento, construção de projetos e pra isso  
321 precisam de recursos. Tem que fazer gestão, por isso apelou aos Conselheiros, da  
322 necessidade de fazer gestão, considerando que conforme foi falado, a SOP sabe e vai  
323 prestar contas de todos os valores que tem que ser administrados de maneira séria.  
324 Apresentou um pedido de suplementação de seis milhões, pedindo confiança, dizendo que  
325 saberão investir dentro dos princípios, dos preceitos republicanos e de relacionamento  
326 democrático e participativo com o Conselho. Também por determinação do Secretário, via  
327 de consequência do Sr. Governador, vão participar ativamente das reuniões dos comitês de  
328 bacias. O presidente Hélio Corbellini comentou que desde que chegou nesta Secretaria, ele  
329 tenta saber quanto de dinheiro existe nos fundos, e até agora não conseguiu, porque ele  
330 não tem governo sobre ele, e os outros têm? São algumas dúvidas que ele levanta. Tem  
331 que saber o montante para ver quanto pode gastar, tem que ter projetos para poder investir  
332 esse dinheiro que é destinado para este fim. Não se pode guardar. Essa é uma discussão  
333 política; que tem que ser feita por dentro do governo. Sabe-se que tem que haver o  
334 convencimento de muitas pessoas para poder gastar esse dinheiro, se esse dinheiro  
335 estivesse sobre nosso olhar e guarda, as coisas seriam diferentes. Estamos aqui  
336 aumentando uma grande quantidade de recursos, tentando adequar um percentual. Pediu  
337 aos conselheiros para que não se percam em discussões não substanciais. Tem muitas  
338 discussões que são substanciais, como essas do Fundo, destinação do dinheiro e a  
339 prestação de contas. Hélio Corbellini destacou que a diretora Nanci deu uma sugestão: que  
340 se encaminhem todos esses projetos para os comitês, porque se não concordarem com  
341 eles, voltaremos a discussão, readequação, porque primeiro têm que ser aprovados neste  
342 colegiado e posteriormente levar ao Senhor. Governador do Estado para que o mesmo  
343 libere esses recursos. Outra luta, já que os recursos estão escassos - Conselheiro Daniel  
344 fez algumas observações, primeira com relação aos valores em cima dos quais temos três  
345 propostas: convênio com Organizações sem Fins Lucrativos: abre-se espaço, tem rubrica e  
346 isso se discute depois com relação aos projetos, que vão ser apresentados, avaliados. Tem  
347 espaço para isso, se abre uma gaveta para isso, deixa o recurso lá e fecha. Sistema de  
348 alerta e monitoramento de eventos extremos: muito bom que foi trazido isso a pauta, porque  
349 precisamos ter isso. Projeto de fiscalização de poços há uma contradição, uma coisa  
350 preocupante; não estamos com o processo de outorga implementado e estamos querendo  
351 fiscalizar os poços. O programa de educação ambiental do Comando Ambiental também  
352 tem algumas preocupações. Seiscentos mil reais para o sistema de monitoramento das  
353 águas, um valor irrisório, não sei se chega esse valor, talvez tenha que ter uma  
354 implementação pra isso. Com relação à SOP, no governo passado, a SOP nos deixou aqui  
355 com um remorso, uma marca no lombo muito grande de botar vinte por cento pra SEMA e  
356 cento e poucos por cento para os outros: obras, irrigação. O presidente Hélio Corbellini  
357 salientou que vinte por cento é para a contrapartida do PAC I, do Governo Lula. Conselheira  
358 Zuleica usou a palavra dizendo que se via na obrigação de falar, porque foi ela que levantou  
359 a questão dos poços, colocou não sob o ponto de vista de controle da qualidade desses  
360 poços que não estava sendo feito, e invejava outros Estados que fazem o controle das  
361 águas superficiais e subterrâneas. Propôs que se colocasse ao invés de um milhão de reais  
362 para projeto de fiscalização de poços e educação ambiental, que é feito rotineiramente por  
363 todos os organismos do Sistema Estadual dos Recursos Hídricos, que se coloque no  
364 monitoramento em bacias e se abra um parêntese colocando: "águas subterrâneas e  
365 superficiais". Com isso passamos a ter esse controle que é a nossa necessidade, porque  
366 temos um interior que bebe água contaminada, isso já foi provado ao longo dos tempos  
367 pelas Universidades. Por isso não vê sentido em se deixar esse um milhão para fiscalização  
368 de poços e educação ambiental e um valor tão irrisório para monitoramento. Sugeriu que  
369 sentassem junto com a SEMA e resolvessem esse detalhe. O presidente Hélio Corbellini  
370 colocou que os governos, em regra geral, não dão muita importância ao meio ambiente, nós  
371 estamos lutando para que esse governo seja diferente, que a secretaria seja de ponta e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

372 referência. Mas tem uma questão que é responsabilidade de Governo de Estado - a  
373 questão da educação, precisamos ter um sistema de educação ambiental bem estruturado  
374 em todos os setores. Conselheira Leda usou a palavra salientando que essa inclusão do  
375 DRH é importante, principalmente no sistema de alerta de eventos extremos. Mas na  
376 questão da fiscalização dos poços, principalmente os poços de ponteira, que são um  
377 problema no litoral e não se consegue licenciar, questionou como vão atribuir ao comando  
378 ambiental a fiscalização do poço, se nem tem critérios para licenciar poços de ponteira? E  
379 uma das reivindicações do Fórum Gaúcho dos Comitês é fazer a integração entre o  
380 licenciamento ambiental e a gestão dos recursos hídricos, e propôs que saísse a  
381 fiscalização de poços, e diminuindo para trezentos mil reais os valores do Comando  
382 Ambiental e transferindo a diferença para monitoramento ambiental, devido aos problemas  
383 muito sérios em águas superficiais e águas subterrâneas. Conselheiro José Alberto falou em  
384 nome da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, que ele preside, da preocupação com os  
385 poços que estão abertos e com os que ainda vão ser abertos e que não se tem controle, e  
386 nesse ponto a fiscalização ambiental poderia ser muito eficiente e ajudar. O controle dos  
387 poços não é responsabilidade da SEMA, é da Secretaria da Saúde conforme está na  
388 legislação. Com isso fica uma legislação dupla, vai se destinar dinheiro onde já deve existir,  
389 é trabalho deles, que nem se sabe como está sendo feito. Também agradeceu a presença  
390 do Secretário Helio Corbellini por conduzir a reunião, porque muitas secretarias não  
391 mandam nem representantes aqui, e ele, mesmo sendo suplente, como muitos outros  
392 conselheiros, vêm de longe, viajam à noite toda pra poder estar aqui e participar da reunião  
393 do CRH. Conselheira Teresinha Guerra saudou a todos e salientou também não concordar  
394 com o valor de um milhão de reais para a Brigada Ambiental, disse que isso não vai resolver  
395 o problema, achou a idéia da Zuleica de levar lá pra cima, para "Ações de Monitoramento  
396 Ambiental", com isso ficaria um milhão e seiscentos. O presidente Hélio Corbellini falou que  
397 não pode tirar tudo, tem que deixar pelo menos a rubrica para o orçamento e disse que  
398 riscou o item "Fiscalização Ambiental" e colocou o valor de um milhão e trezentos mil reais.  
399 Teresinha Guerra ainda falou da sua preocupação com a parte de "Obras de Infra-estrutura",  
400 que vai para vinte e quatro por cento, e lembrou que no ano passado o valor para esse item  
401 foi um dos que mais obteve investimento em dinheiro. Em relação a SEMA, ultrapassa  
402 aquilo que propõe a resolução do próprio Conselho de Recursos Hídricos e isto não está  
403 correto. Como não estamos cumprindo o que nós mesmos propusemos, achamos que tem  
404 que ser revisto esse valor, que é muito alto. O presidente Hélio Corbellini disse que isso foi  
405 feito na gestão passada, foram comprometidos projetos, sempre há suplementação nas  
406 Obras, todos sabem disso, e que se não tiver, vão parar. Sr. Oscar Escher, SOP colocou  
407 que numa próxima pauta essa proporcionalidade vai ser novamente discutida pela  
408 Secretaria, porque se trata do PAC 2, oitocentos milhões de reais para investir em gestão de  
409 águas. Está sendo tratado com o Ministério das Cidades, um Plano Estadual de Irrigação  
410 para compatibilizar com o Plano Estadual dos Recursos Hídricos. Está sendo construído  
411 junto com o Sr. Governador, inclusive amanhã tem reunião, com grandes possibilidades de  
412 fazer uma boa gestão de recursos hídricos, voltada para a irrigação, com cinco bilhões e  
413 meio de reais de investimento em águas aqui no nosso Estado. Por isso tem que se elaborar  
414 projetos, tem como justificar recursos de maior monta do que estes e, se está reivindicando  
415 num exercício consciente aquilo que minimamente se necessita para existir e continuar  
416 avançando. Queremos voltar em outra oportunidade e discutir essa proporcionalidade que  
417 do ponto de vista de gestão ela não é compatível e nem razoável. Conselheira Teresinha  
418 colocou que do ponto de vista de recursos hídricos, construir obras não é o mais  
419 importante neste sistema de gestão e achou que deveria ser cortado pela metade o valor  
420 das Obras. Presidente Hélio falou que se cortar, param obras, ocasiona desemprego,  
421 porque é o PAC 1 e pediu sensibilidade aos companheiros, dizendo que concorda com  
422 todos os argumentos e garante que não será mais assim, porque isso é contrapartida que já  
423 foi comprometida, e aí quem fica inadimplente e não recebe mais verbas é o Estado.  
424 Conselheira Zuleica salientou que falou com os colegas, para que votassem a favor neste





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

425 momento, pelo fato de haver um impasse, porque foram contra o orçamento do ano passado  
426 e fomos voto vencido. Sugere que se vote a favor neste momento com o comprometimento  
427 que isso seja lavrado em ata, que não aconteça novamente, que sejam respeitados e que  
428 esse recurso do FRH venha efetivamente, na maioria para os trabalho dentro da SEMA.  
429 Que as demandas das demais secretarias tenham os valores compatíveis conforme a  
430 resolução do Conselho. Pediu para que os colegas levassem isso em conta e se  
431 posicionassem. Conselheiro Daniel colocou que a proposta da bacia não é só a proposta  
432 orçamentária, tem o item dois, que após a sua votação dá início a um novo processo de  
433 construção de orçamento, que tem toda a metodologia de encaminhamento do orçamento  
434 de dois mil e doze. Presidente Hélio Corbellini considerou que se todos leram essa proposta  
435 e concordam, ele não vai ser contra. Destacou que existem alguns pontos na proposta que  
436 possivelmente depois do que Fundação Getúlio Vargas for sugerir, depois de discutir com  
437 ela, de sistema, de apropriação, transparência, etc, vão ter que ser revistos. Presidente  
438 Hélio Corbellini colocou em votação a proposta de suplementação orçamentária da bacia,  
439 adicionada com a proposta do DRH de um milhão e meio de reais para o sistema de alerta  
440 de eventos extremos. De um milhão e trezentos mil reais para o monitoramento, de  
441 trezentos mil reais para educação ambiental, sem a fiscalização e seis milhões de reais para  
442 a Secretaria de Obras e seis milhões de reais para a SEHABS executar o Plano Estadual de  
443 Saneamento e os planos municipais de saneamento. Suplementação aprovada, com um  
444 voto contra do Comitê Gravataí, representado pelo presidente Sr. Paulo Robinson, em  
445 função dos seis milhões de reais destinados a Secretaria de Obras. Não havendo mais  
446 assuntos a serem tratados o presidente Helio Corbellini encerrou a reunião e eu, Carmem  
447 Lúcia Silveira da Silva, secretária executiva adjunta do CRH/RS, lavro esta a ta.